

Futebol

MP das apostas prevê coibir manipulação de resultados

— Em meio a série de denúncias de fraudes envolvendo jogadores e apostadores, texto para regulamentar lei é enviado ao presidente Lula

RICARDO MAGATTI

A versão final do texto da Medida Provisória (MP) que regulamenta o funcionamento das casas de apostas no País, divulgada ontem pelo Ministério da Fazenda, prevê regras para dificultar a manipulação de resultados esportivos. Entre as principais mudanças, a MP que altera a Lei 13.756, sancionada em 2018 pelo então presidente Michel Temer, proíbe que dirigentes, técnicos, árbitros e jogadores de futebol realizem apostas. A proposta surge em meio a investigação sobre denúncias de fraudes em jogos do Campeonato Brasileiro.

O Estadão teve acesso ao texto da MP. O inciso V do artigo 35-G veda a participação, direta ou indireta, de "pessoa que tenha ou possa ter qualquer influência no resultado de evento real de temática esportiva objeto da loteria de apostas de quota fixa". Isso inclui dirigentes e atletas.

Proprietários, administradores, gerentes e funcionários

das próprias casas de apostas também estão proibidos de apostar, além de menores de 18 anos e agentes públicos.

A proposta faz parte de uma série de normas elaboradas com a finalidade de regulamentar o mercado de apostas no País. Desde 2018, as casas de apostas estão legalizadas, mas operam em uma espécie de limbo regulatório. Sem fiscalização, as suspeitas de manipulação de resultados e de lavagem de dinheiro proliferam.

Segundo o texto em discussão no governo, os ministérios poderão editar portarias com normas para criar mecanismos que evitem os casos de manipulação. A MP prevê que, caso haja evidência de manipulação de partidas ou fraudes semelhantes, o Ministério da Fazenda poderá determinar imediata suspensão das apostas e a retenção do pagamento dos prêmios, bem como "outras medidas restritivas destinadas a evitar ou mitigar as consequências de práticas violadoras da integridade no esporte". Nas chamadas apostas de



Eduardo Bauermann, zagueiro do Santos, foi afastado do time

"quota fixa", alvo da regulamentação, o apostador tenta prever resultados de jogos esportivos, como placar, número de cartões e autores de gols.

A proposta também apresenta novidades em relação a patrocínios e proíbe a divulgação de publicidade e de propaganda comercial de operadores de

Principais trechos

● **Proibidos de apostar** Dirigentes, técnicos, árbitros e jogadores, proprietários, administradores, gerentes e funcionários da casa de apostas, além de menores de 18 anos e agentes públicos.

● **Medidas antifraude** Em caso de manipulação de resultados ou fraudes nas partidas de futebol brasileiro, o Ministério da Fazenda poderá determinar a suspensão imediata das apostas e a ainda retenção do pagamento dos prêmios.

apostas não autorizados.

A MP estabelece que as casas de apostas estarão impedidas de adquirir, licenciar ou financiar a aquisição de direitos de eventos esportivos para transmiti-los, distribuí-los ou reproduzi-los em quaisquer plataformas.

O texto foi enviado ontem

aos ministérios de Planejamento, Gestão, Saúde, Turismo e Esportes, todos coautores da proposta. A proposta será encaminhada à Casa Civil após avaliação e assinaturas. Depois, chegará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva – se ele assinar a MP, ela passa a ter efeito imediato, mas terá de ser aprovada pelo Congresso para se tornar lei.

O governo espera arrecadar de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões com taxas e impostos sobre as apostas esportivas. O dinheiro arrecadado será destinado a áreas como segurança pública, educação básica, clubes esportivos e ações sociais. De acordo com o Ministério da Fazenda, do total arrecadado, 2,55% irão para o Fundo Nacional de Segurança Pública, 0,82% para educação básica, 1,63% para os clubes esportivos, 10% à seguridade social e 1% para o Ministério do Esporte.

PENALIDADE MÁXIMA. O Ministério Público de Goiás (MP-GO) deflagrou duas fases da operação Penalidade Máxima, que investiga apostadores e jogadores envolvidos em esquema de apostas no futebol brasileiro. Nesta semana, a Justiça de Goiás tornou réus 16 denunciados, incluindo sete jogadores – entre eles o zagueiro Eduardo Bauermann, do Santos. Os casos também são investigados pela Polícia Federal, que instaurou inquérito por determinação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, acatando um pedido da CBF. A entidade descartou paralisar as Séries A e B do Campeonato Brasileiro. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Esportes Caderno: A Pagina: 18